



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE PERÍCIA PARA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA DO CENTRO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de serviço de natureza predominantemente intelectual.

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da futura contratação está de acordo com nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 8.519/2023.

2.2. Por se tratar de serviço técnico não contínuo, contratado por escopo único e indispensável à verificação da correta aplicação dos recursos na obra, a contratação ocorrerá uma única vez, sem caráter recorrente ou necessidade de renovação anual.

2.3. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, uma vez que não existe Plano de Contratações Anual vigente nesta entidade, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste em contratar diretamente a Fundação Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, XV, da Lei 14.133/2021, para realizar uma perícia técnica para elaborar um laudo de auditoria técnica independente sobre a execução da obra do novo Centro Executivo Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

3.2. A solução integra a necessidade de transparência e fiscalização das etapas da obra pública por meio da contratação de serviço especializado e independente, conferindo credibilidade à gestão dos recursos públicos empregados. Busca-se, com a parceria com a Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, instituição reconhecida e sem fins lucrativos, assegurar imparcialidade, excelência técnica e atendimento ao interesse público. O processo contempla o levantamento detalhado dos dados licitados, dos valores pagos, das etapas executadas e do saldo físico/financeiro ainda a realizar, fundamentando um diagnóstico sólido sobre o andamento da obra frente aos compromissos contratuais. Com a atuação de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

equipe multidisciplinar devidamente habilitada e experiente, o trabalho será conduzido sob rigor acadêmico e observância das melhores práticas de engenharia e auditoria, proporcionando uma abordagem técnica isenta e alinhada à legislação vigente.

3.3. Ademais, verificou-se que o contrato original sofreu supressões quantitativas e aditivos referentes a itens que, segundo as medições, já teriam sido integral ou parcialmente executados, situação que acende alerta quanto à compatibilidade físico-financeira prevista no art. 124 da Lei 14.133/2021 (limites e justificativas de alterações contratuais). Diante desse cenário, impõem-se providências capazes de comprovar a correção ou apontar a inadequação, desses ajustes. Dessa forma, entre essas alternativas, a perícia externa se mostra a mais abrangente e célere, pois combina expertise técnica e imparcialidade, fornecendo laudo robusto que pode embasar eventuais medidas corretivas administrativas, financeiras ou judiciais.

3.4. O resultado esperado é a disponibilização de um laudo pericial criterioso, embasado em análise documental e vistoria in loco, capaz de assegurar uma avaliação comparativa entre escopo contratado, execução e pagamentos efetuados. Tal laudo servirá de base para corrigir eventuais distorções, indicar melhorias e fornecer subsídios para tomadas de decisão gerenciais, judiciais ou administrativas. O produto final, sendo de fácil compreensão e tecnicamente robusto, viabilizará a adequada prestação de contas à sociedade e a satisfação dos órgãos de controle externo. A solução proposta elimina a necessidade de contratos continuados, restringindo-se ao atendimento de objetivo específico e pontual, racionalizando custos e otimizando o uso de recursos públicos.

3.5. A economicidade do modelo se concretiza por meio da contratação direta, fundamentada legalmente, eliminando custos com procedimentos licitatórios, e garantindo alto grau de confiabilidade técnica pela expertise acadêmica da UNIVALI. Não se preveem demandas de manutenção ou assistência técnica continuada, já que o resultado se resume ao laudo circunstanciado entregue ao final do trabalho, com possibilidade de esclarecimentos em caso de dúvidas técnicas. Adicionalmente, práticas sustentáveis serão observadas no escopo da análise, promovendo alinhamento com diretrizes de responsabilidade ambiental e social.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação direta recairá sobre a Fundação Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), nos termos do art. 75, XV, da Lei 14.133/2021.

4.2. Para a assinatura do contrato, a UNIVALI deverá apresentar estatuto social comprovando sua natureza sem fins lucrativos, certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, certidão de registro e regularidade no CREA ou CAU com indicação dos responsáveis técnicos, atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto e





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

documentos que evidenciem sua notória reputação em auditorias de obras públicas.

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1. Avaliação da adoção de técnicas e materiais de menor impacto ambiental no escopo da auditoria.

4.3.2. Priorização de práticas que promovam a transparência e a economicidade na gestão de recursos públicos, contribuindo para a sustentabilidade fiscal.

4.4. Não será permitida **SUBCONTRATAÇÃO**, parcial ou total, do objeto da contratação.

4.5. Todos os necessários à execução, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, encargos e transporte, serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem ônus adicional para o Município.

4.6. A execução terá início imediatamente após a emissão da Assinatura do Contrato e seguirá o cronograma aprovado.

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, considerando a natureza do serviço e o valor da contratação

4.8. Para a prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

4.9. A empresa interessada deve cumprir com todas as exigências e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços poderá ser acompanhada por servidores responsáveis indicados pela secretaria demandante.

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica

5.2.1. O trabalho será desenvolvido em até 60 dias a contar da assinatura do contrato.

5.2.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias e procedimentos: Elaboração de laudo de auditoria técnica detalhado e fundamentado, contemplando análise documental, vistoria física da obra, verificação de conformidade com projetos, memoriais descritivos, cronogramas, medições, contratos e demais elementos pertinentes. O laudo deverá a compatibilidade entre os valores já pagos e os serviços efetivamente executados, o percentual real de execução da obra, a estimativa técnica de recursos ainda necessários para a finalização, a conformidade da execução com os projetos e especificações contratuais. Além





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

de apresentar diagnóstico sobre a correta aplicação dos recursos públicos, avaliação do cumprimento dos prazos, padrões de qualidade do serviço executado, identificação de eventuais não conformidades, desvios de execução ou ineficiências, contendo conclusões objetivas e, se for o caso, recomendações de melhorias e apontamento de irregularidades.

5.2.3. Cronograma de realização dos serviços: Entrega do Laudo Final de Auditoria em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato. Sendo que um laudo parcial de inspeção das áreas construídas e não conformidades construtivas possíveis de visualização por inspeção do tipo sensorial, será entrega no final da quarta semana após assinatura do contrato.

5.2.4. Os serviços serão prestados na obra do Centro Executivo Municipal, conforme necessidade da vistoria.

5.3. Para a devida execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes requisitos mínimos:

5.3.1. Utilização exclusiva de materiais que atendam integralmente às normas técnicas aplicáveis e às especificações constantes neste Termo de Referência.

5.3.2. Emprego de mão de obra devidamente capacitada, com comprovação de experiência compatível com as atividades a serem executadas.

5.3.3. Disponibilização e utilização de equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e com capacidade operacional compatível com o volume dos serviços.

5.3.4. Observância integral dos prazos estabelecidos, salvo motivo justificado e aceito formalmente pela Administração.

5.3.5. Cumprimento das normas ambientais aplicáveis e da legislação correlata.

5.3.6. Respeito às normas de segurança do trabalho, devendo o prestador fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, conforme legislação vigente.

5.3.7. Manutenção de comunicação constante com os fiscais designados pela secretaria demandante, informando o andamento das etapas e quaisquer intercorrências.

5.3.8. Cumprimento das demais disposições previstas no edital, no contrato e nos documentos que integrem o processo licitatório.

5.3.9. A CONTRATADA será responsável pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias durante as inspeções in loco, incluindo a sinalização provisória dos locais vistoriados quando houver risco ao trânsito de veículos ou pedestres. Eventuais danos decorrentes de falta ou inadequação dessa sinalização serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA..

5.3.10. Respeito às normas de segurança do trabalho, devendo o prestador fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, conforme legislação vigente.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. A gestão do contrato será realizada pela **Secretaria de Infraestrutura**.
- 6.5. Ficam nomeados como Gestor do Contrato Adair João Rachadel Arouca, matrícula nº 10260 e Fiscal do Érico Willian Serafim Francisco, matrícula nº 12640.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, e seu suplente, quando for o caso.
- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. Cabe ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor do contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções e enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.19. Toda comunicação entre a Administração e a Contratada deverá ser formal, por escrito, através do e-mail eng.assessoria@santoamaro.sc.gov.br

6.20. Para a execução do objeto será formalizado ata de registro de preço, cuja minuta acompanha o Edital de licitação, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo, o Edital e Proposta de Preços da empresa vencedora.

6.21. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.1.9. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

7.1.10. não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

7.1.11. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

7.1.12. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

7.1.13. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.14. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

7.1.15. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

7.1.16. fraudar a licitação;

7.1.17. não executar o total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1. Advertência

7.2.2. Multa

7.2.3. Impedimento de licitar e contratar

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. As peculiaridades do caso concreto

7.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

7.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública

7.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 Dias úteis, a contar da comunicação oficial.

7.5. Para infrações as previstas nos itens 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11, 7.1.12 e 7.1.13, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.6. Para as infrações previstas nos itens 7.1.14 e 7.1.15 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

7.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11, 7.1.12 e 7.1.13, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.

7.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

7.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.

7.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

dos autos.

7.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.16. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. A medição do serviço será realizada por evento-entregável, vinculando-se cada parcela do pagamento à entrega e à aprovação formal dos relatórios previstos neste Termo de Referência.

8.2. Os relatórios deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal requisitante e avaliados pelos fiscais técnico e administrativo designados; a aprovação dar-se-á mediante emissão de Termo de Recebimento.

8.3. A CONTRATADA receberá o valor global em duas parcelas iguais de 50 %, pagas mediante apresentação e aprovação dos produtos contratados: a primeira parcela será devida após a entrega, até a quarta semana do início das inspeções, do Relatório I – Laudo Parcial de Inspeção, que deverá conter diagnóstico sensorial das áreas executadas, registro fotográfico e identificação preliminar de não conformidades; a segunda parcela será liberada após a entrega, até a sétima semana, do Relatório II – Laudo Final de Auditoria/Perícia.

8.4. A avaliação da execução do objeto será realizada conforme a indicação de retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada.

8.5. Não ficará isenta de sanções cabíveis, caso seja constatado que não foram produzidos os resultados acordados ou que se deixou de executar as atividades ou execução com qualidade mínima exigida à contratada.

8.6. O Município efetuará o pagamento à Contratada mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.

8.7. O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando as especificações, a quantidade, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada pelo setor competente, e dar-se-á mediante ordem bancária.

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.9. As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão especificar no corpo da Nota fiscal, o número do respectivo empenho e os dados bancários da Contratada, além de relacionar a quantidade dos produtos, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O contratado será selecionado por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, fundamentada no t. 75, inc. VX, da Lei Federal 14.133/2021.

9.2. Deverá comprovar os seguintes requisitos de **Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista:**

9.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, (CNPJ).

9.2.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.2.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3. Para fins de **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

9.4. Para fins de **Qualificação Técnica**, deverá comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1. Certidão de registro e regularidade no CREA ou CAU com indicação dos responsáveis técnicos.

9.4.2. Deverá ser apresentada Comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente ao objeto, por meio de CERTIDÃO OU ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de notória idoneidade.

9.4.3. O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter a identificação do signatário, claramente identificada a razão social e o CNPJ do licitante.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11. O valor da eventual compra será de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)** conforme proposta comercial. O Desembolso ocorrerá integralmente, realizado a partir da entrega dos relatórios desenvolvidos.

Item	Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
1	Laudo de Auditoria referente à execução da obra do novo Centro Executivo Municipal de Santo Amaro da Imperatriz	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Preço total				R\$ 60.000,00

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento para 2025 da Secretaria Demandante.

03.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

21-3-3.90.00.00.00.00 00 – APLICAÇÕES DIRETAS





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

13.1. Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Fornecer **à(s) empresa(s) vencedora(s)**, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, todos os esclarecimentos necessários para execução do objeto e demais informações que esta venha a solicitar.

14.2. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato.

14.3. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, após o cumprimento integral das obrigações e formalidades legais.

14.4. Anotar em registro próprio e notificar à Contratada por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

14.5. Informar **à(s) empresa(s) vencedora(s)** nome e telefone do gestor do contrato e seus respectivos fiscais mantendo tais dados atualizados.

14.6. Relacionar-se com a **à(s) empresa(s) vencedora(s)** exclusivamente com pessoa por ela credenciada.

14.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

14.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

15.2. Entregar o objeto com as características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.3. Reparar, corrigir, remover, trocar, substituir, no prazo estabelecido, às suas expensas, os produtos que atenderem aos mencionados nesse termo de referência, assim como aqueles que se verificarem vícios.

15.4. Cumprir rigorosamente o Edital e os prazos estabelecidos, sujeitando-se à Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pelo Contratante.

15.6. Comunicar à Prefeitura Municipal, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

15.7. Manter a Prefeitura informada quanto a mudanças de endereço, telefones e e-mail de seu estabelecimento.

15.8. Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido.

15.9. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são imprescindíveis para a emissão de pagamentos de qualquer natureza.

15.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

15.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

16. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Santo Amaro da Imperatriz, 31 de julho de 2025.

Adair João Rachadel Arouca
Secretário Municipal de Infraestrutura

